

CURSO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA MIGRANTES COM FOCO NA VIDA PÚBLICA: A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

THAMYRIS FERREIRA OYARZABAL QUADROS¹;
BRUNA KRÜGER GARCIA²; EMANUELY HOLZ DA SILVA³; EVELIN
NASCIMENTO LIMA⁴; JAEI SÂNERA SIGALES-GONÇALVES⁵

¹*Universidade Federal De Pelotas – thamyris2402@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – brunakrugergarcia@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas - emanuelyhdasilva@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – evelinlima.nasc@gmail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – jaelgoncalves@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O Curso de Português como Língua Adicional com foco na Vida Pública (PLA Vida Pública) é um projeto de extensão do Grupo Letras (d)e Lei, que atua desde 2023 na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A ação objetiva fornecer ao seu público-alvo, ou seja, a migrantes de crise com potencial vulnerabilidade social, condições que lhes permitam, por meio da aquisição de conhecimentos em língua portuguesa, efetivar o acesso a direitos humanos e a serviços públicos no Brasil.

Em 2015, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou um estudo sobre as dificuldades enfrentadas por migrantes no acesso a direitos humanos no Brasil. O resultado da análise apontou que o idioma, dentre outros, se destaca como um dos principais empecilhos (BRASIL, 2015). Deste modo, é possível afirmar que as barreiras linguísticas enfrentadas por esses sujeitos colocam em risco a efetivação de seus direitos.

Há uma crença historicamente construída de que nosso país é uma pátria linguisticamente homogênea, possivelmente devido a períodos como o de colonização portuguesa e a famosa Campanha Nacionalizadora de Vargas, quando não só as variedades de língua foram desrespeitadas, como tiveram seu uso proibido em face ao português, a “língua correta”. Nesse sentido, é possível argumentar que essa crença tenha efeitos diretos no modo como:

(...) as línguas faladas pelos novos imigrantes são tratadas pelas autoridades estatais e administrativas atualmente – não se reconhece a necessidade de criar políticas linguísticas [...] para tais populações justamente porque não se admite a possibilidade de que essas línguas possam fazer parte de tais contextos (OLIVEIRA; SILVA, 2017, p.144).

Considerando que há uma carência de políticas públicas de linguagem fornecidas pelos Estados para acesso dos migrantes (como serviços de interpretação e tradução), iniciamos, finalmente, a refletir sobre o importante papel da extensão universitária na propagação de políticas linguísticas para o público migrante (GONÇALVES, 2022).

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em seu Termo de Referência aos assinantes da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), “identifica o papel estratégico de universidades na educação e em iniciativas a

favor de pessoas que precisam de proteção internacional” (ONU, 2019, p.1), objetivando garantir a existência de ações nas faculdades brasileiras para defesa dos direitos dos migrantes de crise no Brasil (GONÇALVES, 2022).

O Curso de Português como Língua Adicional com foco na Vida Pública (PLA Vida Pública) qualifica-se, portanto, como ação extensionista e prática de política linguística em si. Sua relevância justifica-se a partir da preocupação em promover o conhecimento na língua portuguesa como ferramenta para efetivação dos direitos humanos de sujeitos migrantes, garantindo a preservação da dignidade humana e o acesso a direitos fundamentais.

Em meio a estes direitos fundamentais, está o direito ao trabalho, que foi adotado como temática de um dentre os três cursos que serão promovidos pelo projeto PLA Vida Pública: um com enfoque no acesso à educação, outro à saúde e, por fim, ao trabalho. Entre os temas citados, iremos, no presente resumo, abordar o último.

2. METODOLOGIA

O Curso “PLA Vida Pública - Trabalho” foi pensado a partir de uma proposta poscolonial de ensino da língua, compreendendo nossa realidade espaço-temporal por meio de uma racionalidade cosmopolita e, por conseguinte, não indolente. Procuramos viabilizar e respeitar a multiplicidade de indivíduos, culturas e línguas, descartando compreensões hegemônicas na prática de ensino do idioma oficial (BIOZIN; DINIZ, 2019).

Para tanto, adotamos, na construção do plano de ensino, o uso da coleção de livros didáticos “Vamos Juntos”, especificamente da edição “Vamos Juntos: Trabalhando e Estudando” (2021), que está de acordo com a proposta que buscamos aplicar no curso. Com o auxílio da obra, fizemos uma síntese das temáticas mais relevantes relacionados ao grande tema, ou seja, Trabalho, e construímos a seguinte sequência cronológica: (I) profissões, (II) direitos trabalhistas no Brasil, (III) diferenças entre o trabalho formal e o informal, (IV) carteira de trabalho, (V) currículo, (VI) entrevista, (VII) funcionamento da empresa (regulamento interno de trabalho), (VIII) microempreendedor Individual (MEI), (IX) anúncios publicitários, (X) perfis comerciais.

Nos planos de aula também contamos com o auxílio da obra. Preocupamo-nos em aplicar o ensino da gramática de maneira contextualizada, ou seja, de maneira a fazer sentido para eles a partir das necessidades de uso específicas voltadas ao mundo do trabalho. O ensino de adjetivos, por exemplo, foi pensado no contexto de uma entrevista de emprego, onde o sujeito entrevistado deve falar de si e suas qualidades.

Levando em consideração que nosso público-alvo – ou seja, migrantes de crise com potencial vulnerabilidade social – tende a trabalhar no comércio e levar um estilo de vida ocupado ou corrido, definimos as aulas como de curta duração (2h cada), presenciais, no Campus II (por localizar-se perto do centro) e de ocorrência aos sábados durante a manhã.

Por fim, para captação de alunos, construímos um modelo de formulário. Nele, elaboramos perguntas sobre trabalho, nível de escolaridade, acessibilidade, autoavaliação de capacidades em língua portuguesa, tempo de estadia no Brasil e repertório linguístico prévio. Deixamos evidente, desde o princípio, que as respostas podem ser enviadas no idioma de preferência do sujeito em questão, além de termos, estrategicamente, utilizado uma linguagem simples para facilitação do uso de ferramentas de tradução.

3. RELATOS E IMPACTOS GERADOS

Salienta-se, de princípio, o fracasso do formulário. Por si só, esta não foi uma ferramenta eficiente para captação de alunos, pois sua divulgação por meio das redes sociais obteve pouco ou nenhum resultado. O Grupo Letras (d)e Lei tomou, por tanto, a iniciativa de criar cartazes para exposição do curso no centro da cidade, além de panfletos para distribuição no calçadão, local que, dentre muitas características, é também conhecido pela presença acentuada de trabalhadores migrantes. A ação ainda não foi efetivada. Reconhecemos, entretanto, que a abordagem presencial provavelmente será mais eficaz que a divulgação online.

O “Curso PLA Vida Pública - Trabalho” está previsto para ser lançado em fevereiro de 2025. Até lá, outra ação do projeto PLA Vida Pública – o “Curso PLA Vida Pública - Educação” –, já terá ocorrido e pretendemos, por meio da autoanálise crítica de nossas ações, evoluir, com base nos nossos acertos e erros em relação às primeiras experiências.

Como mencionamos anteriormente, a extensão universitária desempenha importante papel na propagação de direitos linguísticos ao público migrante. Nossa ação visa, a partir da perspectiva poscolonial de ensino do português como língua adicional, garantir a disseminação de conhecimentos necessários no idioma para efetivação de direitos humanos e acesso a trabalho pelo nosso público, ampliando seus respectivos repertórios linguísticos de maneira respeitosa e contextualizada.

Nesse sentido, é possível argumentar que nossa prática colabora para redução das desigualdades – meta número 10 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU –, uma vez que, em tese, quanto mais conhecimento o sujeito migrante deter no idioma oficial, mais igualitária torna-se sua posição em entrevistas de emprego, por exemplo. Ainda, a ação de extensão ora relatada está em acordo com o que estabelece tanto a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que diz respeito às Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, como a Resolução nº 10, de 19 de fevereiro de 2015, que regulamenta a extensão no âmbito da Universidade Federal de Pelotas.

4. CONSIDERAÇÕES

O “PLA Vida Pública - Trabalho” transcende a mera caracterização de um curso: qualifica-se como uma política linguística que busca ressignificar a aprendizagem da língua portuguesa em um país historicamente marcado pela hegemonia do português em detrimento de outros idiomas. Assim, transformamos, através da extensão, o ensino do idioma oficial, que poderia ser interpretado como imposição em diferentes contextos, na ferramenta facilitadora do acesso de migrantes a direitos humanos e fundamentais, especialmente em situações de crise e vulnerabilidade social.

Por fim, consideramos que a extensão universitária, devido ao seu caráter de transformação social, é extremamente relevante para produção de políticas linguísticas dentro e fora da universidade. Através de pesquisas interdisciplinares sobre linguagem, direito e migração, contribuimos para a produção de conhecimentos científicos relevantes à academia e a nossa própria formação

enquanto cidadãos. No âmbito da sociedade, é possível afirmar que nossas ações foram pensadas objetivando promover inclusão e equidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL): IPEA, 2015.

OLIVEIRA, G. M. D.; SILVA, J. I. D. Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos? **Gragoatá**, Niterói, v. 22, n. 42, p. 131-153, 2017.

GONÇALVES, J. S. S.; PEREIRA, V. E. O.; FONTANA, M. G. Z. Extensão Universitária E Produção Do Conhecimento Em Ciências Humanas No Contexto Da Pandemia De Covid19 No Brasil. **Jornal Jurídico (J²)**, v. 5, n. 2, p. 29-40, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).. Alto Comissariado das Nações Unidas, Brasil. Termo de Referência – Cátedra Sérgio Vieira de Mello. 2019.

BIZON, A. C. C.; DINIZ, L. R. A. Uma proposta poscolonial para a produção de materiais didáticos de português como língua adicional. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, SP, n. 43, p. 155–191, 2019.

BIZON, A. C. C.; CAMARGO, H. R. E; DINIZ, L. R. A. **Vamos Juntos! Curso de Português como Língua de Acolhimento: Trabalhando e Estudando**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Resolução A/RES/70/1, 25 set. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030>. Acesso em: 24 de setembro de 2024.